

## **Penitenciária de Lisboa, Liceu Machado de Castro, IPO, D.Estefânea, Quartel da Ajuda e Docapesca: 6 casos, 5 ministérios, 1 só destino?**

A anunciada venda pelo Estado de um conjunto de edifícios em Lisboa constitui um acto inaceitável de egoísmo de geração e um sério revés nesta cidade que herdámos e a que nos habituámos, independentemente da lógica, dos argumentos económico-financeiros e do modo como ela está a ser feita. Recorde-se que a saída das populações se deveu à substituição de habitação por actividades que depois foram deslocalizadas para periferias, e à degradação do parque habitacional que não foi compensada por uma reabilitação. Mais, quando, excepcionalmente, um bem público é vendido em hasta pública, devia definir-se primeiro as condições a cumprir pelos candidatos (o património não pode ser vendido exclusivamente por razões de tesouraria, discutíveis - a Penitenciária ser vendida pelo Estado ao próprio Estado por 60 M€, para depois ser revendida por muito mais?!). O local mais adequado para se tratar disso é no PDM e não a opinião de um ministro avulso. Enquanto cidadãos interessados pela nossa cidade, colocamos de seguida uma série de questões a quem de direito, para que não sejamos, mais uma vez confrontados com mais um facto consumado:

### **A. Qual o papel da CML, do IPPAR e dos cidadãos neste processo?**

A CML deve ser consultada e o seu parecer acatado. O PDM, observado. Os equipamentos constam no Inventário Municipal de 2006 que suporta a actual revisão do PDM, e são centrais para o pulsar da cidade, independentemente da respectiva tutela ministerial. Não é indiferente a Lisboa se os espaços desocupados «virarem» condomínios ou jardins! O IPPAR deve fazer o seu trabalho sem pressões do poder político. E os cidadãos, quando serão ouvidos quanto ao futuro da sua cidade?

### **B. Serão os argumentos apresentados plausíveis?**

Equipamentos obsoletos? Mal dimensionados? Provocam congestionamento nos centros urbanos? Que se prove primeiro! Lisboa não se pode dar ao luxo de ficar sem serviços centrais só porque alguém acha que deve ficar, ou porque há negócios imobiliários em perspectiva. Lisboa já ficou sem moradores, salas de espectáculo, comércio tradicional. É bom que não fique sem aquilo que faz entrar as pessoas em Lisboa! Aliás, se não tivesse prevalecido a ideia da bondade da concentração, e muitas e ricas alternativas se teriam encontrado, no sentido da complementaridade do centro com o restante corpo urbano, ficando vivo o primeiro, equilibrado e digno o segundo.

### **C. Será adequado o destino que se anuncia para esses equipamentos?**

Até que ponto as soluções preconizadas não serão nefastas para a cidade? Pretende-se uma de condomínios privados ou uma cidade de bairros, em que a relação de vizinhança seja a verdadeira mais-valia e os espaços verdes uma realidade?

Ex; retira-se o IPO de uma zona especialmente bem servida por transportes públicos e o que é que o Estado (e o Município) vai autorizar para ali? Os privados normalmente nunca compram "gato por lebre"; quanto valerá para os privados o IPO se o destino for zona verde? Muito menos se virar condomínio ou escritórios. Mudar-se o IPO para Oeiras? Há auto-estrada, mas e o resto?

E no que se refere à Penitenciária (EPL), um centro comercial? A destruição total, parcial? Porque se afirmou que a estrutura não pode ser alterada? Ir para o Linhó-Sintra? Então esse local não está em vias de ser um aglomerado urbano contínuo? Em Barcelona, por exemplo, o EP está no centro da cidade, no meio de um bairro habitacional, sem sequer precisar de qualquer perímetro de segurança! Diz-se que com o dinheiro resultante da venda do EPL irão ser edificados dois novos estabelecimentos prisionais (Linhó-Sintra e Alcoentre) em três anos!? E os concursos públicos internacionais? As derrapagens de prazos, a falta de experiência na construção de estabelecimentos prisionais?

### **D. Valor patrimonial em jogo e propostas condizentes**

As propostas que apresentamos supõem, primeiro, que a vontade do Estado em vender é um facto; segundo, que os ministérios podem e devem entender-se entre si de modo a que as sinergias daí resultantes permitam a maximização de recursos, a preservação física dos espaços e da memória; impeçam toda e qualquer possibilidade de especulação imobiliária e, mais importante, que os novos equipamentos continuem a servir o interesse das populações.

#### **a) Liceu Machado de Castro**

Esta escola data de 1915, é um «conjunto composto por dois edifícios: um, pré-existente, resultante de um "palácio" anterior ao séc. XIX; e outro construído de raiz na segunda década do séc. XX para um estabelecimento escolar» (in DGEMN) e está incluído na ZEP do Liceu Pedro Nunes. Ela poderia acolher, por ex. o Arquivo Histórico do ministério, parte do qual está ao deus-dará num armazém em Camarate (com documentação a 3 metros de altura e sem luz!). Ou ser um espaço museológico, albergando ainda iniciativas das freguesias circundantes.

#### **b) Docapesca**

Trata-se de uma Zona de Oportunidade e, por isso, uma zona em que deveria ser feito algo de novo e de que Lisboa e os lisboetas se orgulhem (porque se a APL e Oeiras têm jurisdição, Lisboa também a tem e sinal disso mesmo é o facto do PDM lhe dedicar particular atenção). Algo que permita uma maior fruição do rio e das vistas e aliasse a vertente lúdica à desportiva. Algo que não signifique betão. Nesse sentido, o propalado complexo de «courts» de ténis e de equipamentos de vela parece ser uma boa opção, desde que isso não signifique mais um investimento sem retorno, *vide* rali Lisboa-Dakar.

#### **c) Quartel Infantaria Nº 1/ Forte do Conde de Lippe**

Estando a maioria dos quartéis devolutos e havendo um plano de pormenor para o Palácio da Ajuda e zonas vizinhas, o melhor seria reutilizar este equipamento, de notável arquitectura pombalina, para fins habitacionais, abandonando-se assim os condomínios previstos no PP, e que comportarão, a serem levados por diante, a destruição da Alameda dos Pinheiros e do sistema de vistas, à descaracterização de uma vasta área a sul do palácio e, possivelmente, a forte operação especulativa.

#### **d) Hospital D. Estefânea**

Independentemente da razoabilidade da transferência dos serviços para Chelas em 2012, o que salta à vista é a centralidade e a dimensão daquela área, o que, dado o recente apetite pelas zonas adjacentes ao Liceu Camões e ao Miguel Bombarda, significa que Lisboa corre o risco de ficar privada dos jardins e pavilhões deste hospital histórico, e ficar refém de um loteamento de índices megalómanos como o que neste momento se projecta para a antiga Quinta do Mineiro, na Artilharia 1!

#### **e) Instituto Português de Oncologia**

O IPO é uma construção hospitalar de raiz dos anos 40-50, hoje algo desadequada às funções originais, o que não implica que o Pavilhão da Rádio (1928-1933) não devesse já estar classificado porque é uma obra fundamental da arquitectura modernista. Tirando proveito disso mesmo e dos seus espaços verdes, o «novo» IPO poderia albergar uma pequena unidade hoteleira e manter algumas funções relacionadas com a saúde (unidade de cuidados continuados, lar de terceira idade, etc.).

#### f) Penitenciária de Lisboa

O EPL é a expressão da escola de Filadélfia do fim do séc. XIX na construção de cadeias de raiz, com um pensamento íntegro e consistente por detrás. Durante um século, ali se fez a justiça de cada tempo, num espaço de certo modo belo, pela primeira vez construído de propósito para o efeito e em que nunca se verificou qualquer incidente grave. As seis alas/seis pontas de uma estrela que compõem este conjunto possuem elevado potencial dada a sua área e morfologia para ...um museu da justiça, o arquivo histórico da justiça (disperso por vários serviços), um centro cultural, uma Loja do Cidadão (a do Éden custaria rios de dinheiro em renda). Em seu redor deve ser feito um jardim que prossiga o «corredor verde».

O EPL, que ninguém de bom senso consegue entender como é possível não estar já classificado, é o verdadeiro «osso-bucco» desta mega-operação e do modo como for tratado, assim será tratado o resto ... Diz-se que, depois dos anéis, os dedos. Para nós, toda esta operação incide já não sobre as jóias da cidade, mas verdadeiramente sobre os seus dedos, o corpo da cidade. Aguardemos. Mas activamente.

Paulo Ferrero, Bernardo Ferreira de Carvalho, Carlos Brandão, Daniel Melo, Fernando Jorge, Jorge Silva Melo, José Carlos Mendes, Júlio Amorim, Luís Pedro Correia e Nuno Valença (Fórum Cidadania Lx), Filipe Lopes (OPRURB), Guilherme Alves Coelho, Helena Roseta, Luís Coimbra e Nuno Teotónio Pereira

P.S. - Na calha: Hospitais Júlio de Matos, Santa Marta, Capuchos, Miguel Bombarda, São José e Desterro, Centro Psicologia Aplicada do Exército, Convento e Quartel da Graça, Casão Militar (Graça), Cadeia das Mónicas, Escola-Oficina nº1 (da Maçonaria), Estado-Maior do Exército, Regimento de Transmissões e de Sapadores, Governo Militar de Lisboa, Instituto Hidrográfico e Tribunal da Boa-Hora.